

CPI do HIS aprova requerimentos e reforça intimações a empresas

Comissão cobra depoimentos após ausências e amplia pedidos de informação

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga possíveis irregularidades na produção e comercialização de Habitações de Interesse Social (HIS) na cidade de São Paulo aprovou, nesta terça-feira (10), novos requerimentos e decidiu reforçar a convocação de representantes de empresas envolvidas nos empreendimentos analisados. A deliberação ocorreu após a ausência de pessoas intimadas a prestar esclarecimentos ao colegiado do legislativo municipal.

Entre os pontos centrais da reunião esteve a expectativa frustrada de ouvir um representante da incorporadora Cyrela Brazil Realty S.A., que não compareceu à oitava previamente agendada. Diante da ausência, os membros da CPI aprovaram um requerimento para que integrantes da diretoria da empresa e de outras corporações relacionadas aos projetos investigados sejam convocados para as próximas reuniões.

O colegiado avaliou que cabe à comissão definir quais representantes devem prestar depoimento, considerando o porte das empresas envolvidas e a relevância das informações necessárias para o avanço das investigações. A CPI apura supostas distorções no uso do programa de habitação popular, incluindo indícios de comercialização de unidades destinadas a



Colegiado avaliou que cabe à comissão definir representantes que devem prestar depoimento

famílias de baixa renda em desacordo com as normas vigentes.

Além do reforço às intimações, os vereadores discutiram a possibilidade de adoção de medidas mais rigorosas para garantir o comparecimento de pessoas convocadas. A comissão ressaltou que os prazos legais seguem em andamento e que o não atendimento às convocações pode comprometer o andamento dos trabalhos.

Durante a reunião, também foi aprovado o envio de um ofício ao Banco Central do Brasil.

O pedido solicita informações sobre a eventual comercialização de unidades imobiliárias sem o devido registro de confirmação, o que pode configurar irregularidade no sistema financeiro e imobiliário. O objetivo é cruzar dados bancários e registros formais com os contratos analisados pela CPI.

Outro requerimento aprovado solicita informações adicionais de testemunhas que relataram possíveis irregularidades envolvendo a incorporadora Benx. Segundo as denún-

cias encaminhadas à comissão, compradores teriam adquirido imóveis sem saber que se tratavam de unidades classificadas como Habitação de Interesse Social, o que levantou questionamentos sobre a transparência e o cumprimento das regras do programa estabelecidas.

A comissão avalia ainda a realização de uma reunião específica para ouvir moradores que possam ter adquirido imóveis com possíveis irregularidades. A intenção é reunir relatos diretos de compradores para sub-

sidar a apuração e verificar se houve falhas na comunicação, no enquadramento dos imóveis ou na condução das vendas.

Além da ausência registrada na reunião desta terça-feira, a CPI voltou a criticar o não comparecimento de outros empresários já intimados anteriormente. Entre os casos mencionados está o de representantes de incorporadoras que, apesar de convocados, não prestaram depoimento nem apresentaram justificativas consideradas adequadas pelo colegiado.

Possíveis fraudes

Os integrantes da comissão de inquérito destacaram que há documentação em análise que aponta possíveis fraudes e desvios no uso das políticas públicas de habitação, o que reforça a necessidade de ouvir dirigentes e responsáveis pelas empresas investigadas. A CPI reiterou que o objetivo das ações é esclarecer os fatos, identificar eventuais responsabilidades e propor medidas corretivas ao final de todos os trabalhos.

As tratativas da reunião desta terça-feira foram conduzidas pelo presidente da CPI HIS, vereador Rubinho Nunes (União). Também participaram o vice-presidente, vereador Nabil Bonduki (PT), e os vereadores Isac Félix (PL) e Silvia da Bancada Feminista (PSOL).

São Paulo recebe encontro de cuidados paliativos

Reprodução/Frrepik

São Paulo será sede, entre os dias 11 e 14 de março de 2026, do XI Congresso Brasileiro e do XII Congresso Latino-americano de Cuidados Paliativos. Realizados de forma conjunta no Distrito Anhembi, os eventos devem reunir mais de 2 mil participantes, entre profissionais de saúde, pesquisadores, gestores, estudantes e formuladores de políticas públicas de diferentes países.

Organizados pela Academia Nacional de Cuidados Paliativos e pela Asociación Latinoamericana de Cuidados Paliativos, os congressos têm como foco o fortalecimento da cooperação regional e a discussão de avanços científicos, políticas públicas e estratégias para ampliar o acesso aos cuidados no continente.

A programação foi estruturada em cinco eixos científicos: tecnologia, pesquisa e inovação; políticas públicas e advocacy; educação, comunicação e liderança; aspectos psi-



Organização espera fortalecimento das redes de colaboração

cossociais e espiritualidade; e prática clínico-farmacológica. Estão previstas conferências, mesas-redondas, painéis temáticos, apresentação de trabalhos científicos e 12 cursos pré-congresso, com vagas limitadas, voltados ao aprofundamento técnico e à troca de experiências.

O encontro contará com a participação de vários especialistas, brasileiros e estrangeiros, que vão ajudar a reforçar o caráter internacional do evento e o papel de São Paulo como centro estratégico para debates sobre o cuidado integral e humanizado em saúde.

OAB-SP amplia apoio à mulher no Carnaval

A Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo ampliou, durante o Carnaval de 2026, a atuação do projeto OAB Por Elas, que oferece atendimento jurídico gratuito e acolhimento a mulheres vítimas de assédio, importunação e violência sexual. A iniciativa prevê atendimento presencial na capital paulista e plantão online em todo o estado até o dia 17 de fevereiro.

A ação é coordenada pela Comissão Mulheres Advogadas da OAB-SP e mobiliza 368 advogadas voluntárias, capacitadas para realizar escuta qualificada e orientar vítimas sobre medidas jurídicas e acesso à rede de proteção. O atendimento tem como foco garantir suporte imediato e encaminhamentos adequados durante o período de maior circulação de foliões.

Além do plantão remoto e do atendimento presencial, o projeto também atua diretamente nos principais pontos da programação carnavalesca da capital. Advogadas voluntárias participam de ações de apoio e orientação em blocos de rua e no Sambódromo do Anhembi, considerados polos estratégicos da festa.

O projeto OAB Por Elas está presente nos 11 circuitos oficiais de megabloques da cidade. As equipes, identificadas com camisetas da iniciativa, circulam por locais como Parque Ibirapuera, Avenida Paulista, Rua da Consolação, Rua Augusta, Praça da República, Avenida Brigadeiro Faria Lima, Avenida Marquês de São Vicente, Rua dos Pinheiros, Rua Henrique Schaumann, Avenida Hélio Pellegrino e Rua Laguna.